



Anais da Assembléia

Nºs 85/86

CURITIBA, 14 e 15 DE AGOSTO DE 1975

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA DA 126ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 14 DE AGOSTO DE 1975
QUINTA - FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Del Ciel, secretariada pelos Srs. Deputados Leopoldo Jacomel e Otássio Pereira.

Às quatorze horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Mauricio Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Antônio Facci, Dácio Leonel, David Federmann, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pittelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (40); achando-se ausentes os Srs. Deputados Gabriel Sampaio, Adalberto Daros, Alfredo Gulín, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Deni Schwartz, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglío, Fuad Nacli, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini e Osvaldo Macedo. (14).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,
destinada à apreciação de vetos governamentais.
O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. NELSON BUFFARA — (Pela Ordem) — Sr. Presidente, solicito chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — Deferido o pedido. O Sr. 1º Secretário procede a chamada nominal dos Srs. Deputados.
(É procedida a chamada nominal)
Responderam a chamada 28 Srs. Deputados.

Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

Em discussão a seguinte Proposição nº 108/75.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n. 108/75, Veto apostado ao Projeto de Lei n. 95/74, de autoria do Dep. Ivo Thomazoni, que cria uma Circunscrição de Trânsito com sede no município de Medianeira e jurisdição nos municípios de São Miguel do Iguaçu, Santa Helena e Matelândia, desmembrados da 7ª Circunscrição. Parecer da C.C.J., pela manutenção do Veto.—
Rejeitado o projeto, mantido o veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente

sessão extraordinária, marcando outra para segunda-feira, dia 18, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA,

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 115/75.

Levanta-se a Sessão.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA DA 127ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 14 DE AGOSTO DE 1975
QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Mauricio Fruet e Quielse Crisóstomo.

À Hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Mauricio Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Antônio Facci, Dácio Leonel, David Federmann, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveria, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pittelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes. 40; achando-se ausentes os Srs. Deputados Gabriel Sampaio, Adalberto Daros, Alfredo Gulín, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Deni Schwartz, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglío, Fuad Nacli, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini e Osvaldo Macedo. (14).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

O SR. FABIANO BRAGA CÔRTEZ — (Pela Ordem)
Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados, porque parece não haver número suficiente para o prosseguimento da sessão.

O SR. PRESIDENTE — Deferido. O Sr. 1º Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados.
(É procedida a chamada nominal).

Responderam a chamada nominal 17 Srs. Deputados. Não há quorum para prosseguimento da sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 15, sexta-feira, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

8ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de hum mil novecentos e setenta e cinco, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação sob a presidência do deputado BASÍLIO ZANUSSO. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o deputado FRANCISCO ESCORSIN apresentou redação final dos seguintes processos: PROJETO DE LEI Nº 2/75, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 8/75, encaminhando anteprojeto de lei que abre crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros), para auxiliar a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PARANÁ, no atendimento com a construção e ampliação da Colônia de Férias de Caiobá. PROJETO DE LEI Nº 2/75 - de autoria do deputado FRANCISCO ESCORSIN, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR E ASSISTENCIAL BOM JESUS DOS PERDÕES, de Guaraqueçaba. PROJETO DE LEI Nº 41/75, de autoria do deputado JORGE SATO, que declara de utilidade pública a AÇÃO SOCIAL CRISTO: PROFETA, de Apucarana. PROJETO DE LEI Nº 45/75, de autoria do deputado MAURÍCIO FRUET, que declara de utilidade pública a UNIÃO BENEFICIENTE E RECREATIVA DE SANTA QUITÉRIA, desta Capital. PROJETO DE RESOLUÇÃO nº 17/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 196/74, que aprova Termo de Acordo celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Ministério do Interior, objetivando a criação de mecanismo de controle da erosão na região Nordeste do Paraná. Por iniciativa do deputado relator foi substituído o termo Nordeste por Noroeste. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 19/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 227/74, que aprova o Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Agricultura e o Ministério da Agricultura, visando a continuidade ao Plano de Combate da Raiva dos Herbívoros utilizando a vacina Era. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 21/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 155/74, que aprova Convênio celebrado entre o Ministério da Saúde, o Governo do Estado e a Associação Paranaense de Reabilitação, para aplicação de recursos destinados à assistência à deficientes físicos. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 47/75, de ex-Proposição nº 66/75, que aprova Convênio entre o Governo do Estado e o Ministério da Educação, visando regularizar as obrigações decorrentes da aplicação dos recursos oriundos do Salário-Educação Projeto de Resolução Nº 48/75, de autoria da C.C.J., ex-Proposição nº 48/75, que aprova Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Ministério da Agricultura e a Secretaria da Agricultura do Paraná, visando a execução de projeto de informações de mercado agrícola. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Sr. Presidente e por Lélío Guimarães Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

Lélío Guimarães Sotto-Maior - Secretário

COMISSÃO DA AGRICULTURA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 8ª LEGISLATURA

4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de agosto de hum mil novecentos e se-

tenta e cinco, na Sala das Reuniões, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Agricultura Indústria e Comércio, sob a Presidência do Sr. deputado LUIZ ALBERTO OLIVEIRA e com a presença dos Srs. deputados Lázaro Dumont, Alfredo Gulin, Ernesto Dal'Oglio e Otássio Pereira da Silva. O Sr. Presidente deliberou que a partir do dia 5 de agosto do corrente ano a Comissão ficará em REUNIÃO PERMANENTE. Amanhã todos os Srs. Membros da Comissão irão ao Palácio, em audiência com o Sr. Governador do Estado, debaterão os problemas referentes a Agricultura em nosso Estado. A partir de quarta feira dia 6 de agosto, a Comissão ouvirá líderes da Agricultura e autoridades do setor, para fazerem um diagnóstico das geadas e dos fenômenos que abalaram a Agricultura paranaense, bem como propor medidas a serem estabelecidas. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Marlene Couto de Cristo, Secretária da Comissão.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 128ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 15 DE AGOSTO DE 1975

SEXTA - FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Maurício Fruet e Leopoldo Jacomel.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gulberto Carvalho, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Rosário Pitelli, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes, Hélio Manfrinato e Maurício Fruet. (41); achando-se ausentes os Srs. Deputados Gabriel Sampaio, Fidelcino Tolentino, Adalberto Damos, Aragão de Mattos Leão, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Luiz Alberto Oliveira, Osvaldo Macedo, Quíelse Crisóstomo, Trajano Bastos e Valter Pietrângelo. (13);

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Of. 163/75

Curitiba, 21 de julho de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do ofício nº 60/75, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa., que usando da atribuição que me confere o artigo 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 52/74, por jul-

gá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

2- Visa o autógrafo construir através da Secretaria de Obras Pública, prédio destinado ao funcionamento de um Ginásio-Estadual na sede do Distrito de Santa Lúcia, Município de Capitão Leônidas Marques.

3- A negativa de sanção ao Plano de Lei em exame decorre das disposições constitucionais expressas nos artigos 25 e 35, da Carta Política Estadual, que conferem ao Governador do Estado a competência para iniciativa de leis cuja execução crie, aumente ou autorize despesa pública.

4- Por outro lado, vale ressaltar que o veto apostado em razão dos imperativos constitucionais citados não impede que o assunto, que independe de lei específica, seja oportunamente examinado pelos órgãos competentes da Administração.

5- Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei, que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JÚNIOR – Governador do Estado

A Comissão de Constituição e Justiça.

of. 164/75.

Curitiba, 21 de julho de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do ofício 63/75, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição que me confere o artigo 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1º do artigo 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei 136/74, por julgá-lo contrário ao interesse do Estado, em razão dos motivos adiante expostos.

2- Dispõe o autógrafo sobre a doação, à Prefeitura Municipal de Bela Vista do Paraíso, de 1 (um) rolo, compressor Muller Tandem, ano 1962, modelo RT-62, série 868 de 5 a 8 toneladas com motor MWM, modelo KD-12-D, n. 6111 – 7-B – 30 HP – 1.800 RPM, de propriedade da Secretaria dos Transportes - Departamento de Estradas de Rodagem.

3- O não acolhimento ao Plano de Lei em exame decorre de informação prestada pela Secretaria de Estado dos Transportes de que a máquina cuja doação é pretendida, será utilizada pela Secretaria em obras rodoviárias consideradas inadiáveis.

4- Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JÚNIOR – Governador do Estado.

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

of. 165/75

Curitiba, 21 de julho de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do ofício 64/75, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição que me confere o artigo 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1º do artigo 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 175/74, por julgá-lo contrário ao interesse do Estado, em razão dos motivos adiante expostos.

2- Dispõe o autógrafo que o Poder Executivo fixará os honorários de serviço dos Despachantes Oficiais de Trânsito, em importância não excedente de vinte por cento do maior salário-mínimo vigente no Estado.

3- O Plano de Lei em exame não mereceu acolhimento em

virtude do fato de que a matéria versado, pela maneira como está lançada, conflita indiscutivelmente com a Lei Federal 6205, de 29 de abril de 1975, que estabelecendo a descaracterização do salário mínimo como fator de correção monetária, dispõe textualmente: "Os valores monetários fixados com base no salário mínimo não serão considerados para quaisquer fins de direito".

4- Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JÚNIOR – Governador do Estado.

A Comissão de Constituição e Justiça.

of. 166/75

Curitiba, 21 de julho de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 67/75, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição que me confere o artigo 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1º do artigo 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 209/73, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse do Estado, em razão dos motivos adiante expostos.

2- Objetiva o autógrafo isentar da contribuição devida ao Instituto de Previdência do Estado – IPE, os servidores públicos inativos, civis, militares e autárquicos, ficando-lhes assegurados os benefícios previdenciários e assistenciais de que trata a legislação específica.

3- A negativa de sanção ao Plano de Lei decorre de pronunciamiento do Instituto de Previdência do Estado – IPE, segundo o qual:

"O projeto de lei nº 209/73, originário da Augusta Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, data venia, merece ser vetado integralmente, pelas razões que passamos a aduzir:

Visa o projeto possibilitar a isenção de contribuição, ao Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores Públicos, IPE, dos segurados obrigatórios, quando aposentados.

O signatário do projeto, em sua justificativa, sustentou haver o IPASE concedido tal benefício aos funcionários federais.

Contudo, data venia, incorre qualquer dos fundamentos invocados, porque:

a) ao contrário do exposto na justificativa, os servidores inativos da União são contribuintes obrigatórios do IPASE;

b) porque o servidor inativo não perde a condição de funcionário público e, como tal, está obrigado a contribuir para a previdência social e estadual, nos termos do que estatui o art. 77, § 1º, da Carta Política Estadual;

c) porque o projeto, como concebido, onera sobremaneira o órgão previdenciário, retirando-lhe 17,7 por cento de sua receita, ou seja Cr\$ 965.134,00 (novecentos e sessenta e cinco mil, cento e trinta e quatro cruzeiros), para um resultado geral de Cr\$ 5.450.383,00 e, paralelamente impondo-lhe, sem fonte de custeio a correspondente prestação assistencial e previdenciária em, flange a frontal ofensa à disposição cogente contida no art. 165, § único, da Lei Maior da República.

Além do mais, data venia, igualmente, o projeto altera substancialmente as finanças de autarquia previdenciária do do Estado, e projeto dessa natureza é de iniciativa do Governador do Estado, ex-vi do art. 47, item I, da Constituição Estadual, sendo, igualmente inconstitucional, nesse particular, por defeito de iniciativa.

Nestas condições, recomendamos o veto total ao projeto, submetido à nossa apreciação, tudo com fundamento no art. 28, § 1º, da Constituição Estadual".

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei

que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

— A Comissão de Constituição e Justiça.

REQUERIMENTOS:

De autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, solicitando a inserção na Ordem do Dia do projeto de Lei nº 62/74.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas parlamentares e na forma regimental, requer a V. Exa. que após manifestação do plenário seja endereçado, ao Exmo. Sr. Secretário de Educação e Cultura, expediente apelando no sentido de serem determinadas providências para distribuição de material escolar, existente em grande quantidade, no almoxarifado daquela Pasta, especialmente às escolas do interior, pois é onde está presente o maior número de alunos sem condições de adquirir o material de que necessita, para seus trabalhos escolares.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1975.

a) LINEU TURRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, nos termos regimentais, requer à Mesa após ouvido o Plenário, a consignação em Ata de um voto de sinceras congratulações ao Corpo de Bombeiros, guarnições de Curitiba e de Maringá, pela pronta atuação no combate aos focos de incêndios que recentemente ameaçaram transformar o município de Umuarama num verdadeiro inferno de chamas.

A heróica Corporação, dignificando ainda mais o justo conceito de que desfruta, não mede esforços na defesa do povo e dos altos interesses do Paraná.

Nestas condições, este voto de reconhecimento e gratidão traduz tributo a quem o merece.

Requer outrossim, seja dado conhecimento ao Comando do Corpo de Bombeiros, acompanhando de cópia deste.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1975.

a) JOÃO CIONI NETTO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer ouvida a Casa, seja consignado em Ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. JAIR ARAÚJO, ocorrido ontem.

Requer ainda, seja comunicada a família através remessa de cópia de inteiro teor do presente.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1975.

a) ALFREDO GULIN.

JUSTIFICATIVA:

Nascido a 7 de dezembro de 1915, o Sr. JAIR ARAÚJO foi empresário no setor de transporte coletivo do Paraná, sendo um grande batalhador em busca da solução dos problemas relacionados a esse setor.

Dedicou também, grande parte de sua vida, aos negócios de madeira e a indústria, colaborando assim, com o desenvolvimento do nosso Estado.

Desta forma, solicitamos aos ilustres Pares, o devido apoio e consequente aprovação do presente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

CONSIDERANDO:

1. Que, há mais de 10 anos, cerca de 300 famílias trabalham pacificamente no local denominado "Fazenda Paulista", município de Terra Roxa, com área de aproximadamente 2.700 alqueires, dos quais, mais ou menos, 500 são ocupados pelas famílias acima citadas;

2. Que, em janeiro deste ano, sob ameaça de despejo da área, as famílias ingressaram com ação de manutenção de posse da Comarca de Guaira, transferindo desta forma, o problema para a esfera do Poder Judiciário, cujo processo está em fase de julgamento.

3. Que, não obstante a forma correta de agir das famílias — em defesa de seus direitos legítimos — o que diz ser o proprietário da área, vem se utilizando de outros recursos na tentativa de amedrontar e pressionar os posseiros a começar pela adoção de correntes nas estradas que dão acesso à Fazenda sob a vigilância ostensiva de guarda particular, passando, posteriormente, a queimar diversos ranchos de posseiros, além de inutilizar com tratores parte das plantações dos mesmos. Acrescente-se, ainda, que ilegalmente e sem motivos justos, três posseiros — com certeza — foram presos por autoridades policiais de Terra Roxa, com o objetivo de atemorizá-los;

4. Que, por outro lado e em função das correntes colocadas nas estradas da Fazenda, os posseiros estão impossibilitados de transportarem o produto de suas lavouras aos locais de consumo;

5. Que os fatos aqui narrados são de conhecimento das autoridades policiais de Terra Roxa, onde foi solicitado a abertura de inquérito para solução do impasse;

6. Tendo em vista o exposto e, principalmente, caracterizando-se nestas ocorrências um clima de intranquilidade social que afeta aproximadamente 2.000 pessoas que vivem amedrontadas permanentemente e cujo único objetivo é o de trabalhar respeitando eventuais direitos, requeiro regimentalmente, o envio de ofícios aos Exmos. Srs. Governador do Estado, Secretário de Segurança Pública e Coordenador Geral do INCRA no Paraná, contendo o inteiro teor do requerimento a fim de que as referidas autoridades tomem conhecimento do fato e adotem as necessárias providências, assegurando às famílias a necessária tranquilidade até o desfecho da ação judicial.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1975.

a) MAURICIO FRUET.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma do Regimento Interno, requer, ouvido o plenário, seja dirigido apelo ao Exmo. Sr. Dr. Francisco Borsari Netto, DD. Secretário de Estado da Educação e Cultura, no sentido de que seja instituído o ensino de Ecologia e Meio-Ambiente nos currículos de 1.º 2.º graus dos estabelecimentos escolares do Estado.

O estudo do meio-ambiente, desde a primeira fase da escola, ajudará a criança a respeitá-lo, descobrindo as belezas naturais participando delas e estabelecendo relações humanas baseadas em cooperação e solidariedade.

Ensinar a criança a ser solidária e também formá-la a tomar posições contra atentados à NATUREZA, mudando hábitos, estimulando novos comportamentos: educando preventivamente.

Orientando-a contra o desmatamento e conduzi-la a práticas agrícolas, permitindo mesmo, futuramente, o aproveitamento do jovem em programas integrados de reflorestamento. É levá-lo, enfim, a respeitar os recursos energéticos, controlando o equilíbrio ecológico.

Os conhecimentos sobre o meio-ambiente propiciarão à mocidade maneiras múltiplas de situar no espaço os aconteci-

mentos diários, levando-a a se interessar mais pelas razões da existência humana, contribuindo, em última análise, para uma compreensão melhor de si e dos demais.

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 1975.

a) PAULO CAMARGO.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Egon Pudell.

O SR. EGON PUDELL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vimos à tribuna para trazer ao conhecimento desta Casa que, em julho último passado, realizou-se em Brasília, o 21.º Congresso Nacional da CNEC.

Nesse Congresso tivemos a oportunidade de encontrar altas personalidades e autoridades brasileiras, entre as quais o Vice-Presidente da República, Almirante Adalberto Pereira dos Santos.

A CNEC é um órgão que atua em todo o território nacional. Atua em 942 municípios, tendo 18.048 professores e conta com 368.289 alunos.

É um órgão que deve ser amparado e é digno de elogios. Sua finalidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é dar amparo ao ensino brasileiro.

O que é a CNEC? Foi fundada no Recife há 32 anos, por um grupo de jovens estudantes liderados por Felipe Tiago Gomes seu atual Superintendente, a CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE existe, graças ao idealismo puro que contagia a todos que a conhecem. A comunidade, consciente de suas necessidades no campo da educação, não podendo suprir essas necessidades pela presença do Poder Público, não tendo condições suas de encaminhar crianças, pré-adolescentes, e adolescentes para escolas particulares, reúne-se, cria um setor local da CNEC que toma a iniciativa de abrir uma escola cabendo à mesma comunidade assegurar a sua manutenção e desenvolvimento.

Neste trabalho estão envolvidas, atualmente, cerca de um milhão de pessoas e os dados estatísticos atuais são a mostra da realidade da "filosofia cenequista".

Tenho dois requerimentos para encaminhar à Mesa, sendo que o primeiro está vasado nos seguintes termos: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o plenário, respeitosamente, requer seja inserido em ata um voto de louvor aos Srs. Almirante BENJAMIM SODRÉ, Presidente do Conselho Nacional e Ministro ALCIDES VIEIRA CARNEIRO, Presidente do Diretório Nacional da CNEC. Esta instituição, que o Brasil inteiro admira, face às suas altas finalidades no campo da educação do povo brasileiro, atuando em todos os quadrantes do país, merece de todos nós o máximo respeito pela grandiosidade da obra que enceta.

Requer mais, idêntico voto de louvor ao Dr. FELIPE TIAGO GOMES, Superintendente da mesma instituição e seu fundador.

Requer, outrossim, aprovado o presente, seja a decisão da Casa comunicado ao Almirante Benjamim Sodre, ao Ministro Alcides Vieira e ao Dr. Felipe Tiago Gomes, para o que declina o endereço dos mesmos:

Avenida L 2, Norte 608, Módulo D-
Brasília — Distrito Federal.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1975".

O segundo requerimento é idêntico, através do qual requere um voto de louvor ao professor Calixto Medeiros. Está ele profundamente ligado ao setor de ensino e tem dado o melhor de seus esforços para que a CNEC se espalhe em todo nosso Estado. (Lê):

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e baseado no Regimento Interno, após ouvir o plenário, respeitosamente, requer:

seja inserido em ata um voto de louvor ao PROFESSOR CALIXTO MEDEIROS, Administrador da CNEC no Paraná.

Requer, outrossim, aprovado o presente, seja a decisão da Casa comunicada ao Prof. Calixto Medeiros, para o qual declina o seu endereço:

Rua Mal. Deodoro, 450 - 12.º andar.
Curitiba — Paraná.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1975".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, estes os requerimentos para os quais esperamos a aprovação da Casa.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Venho hoje à tribuna para registrar, com grande satisfação, o pronunciamento feito na noite de ontem, através de uma cadeia de televisão, pelo Sr. Governador. E o faço, por ter sentido como certamente sentiram todos os brasileiros do Paraná, que a fala do Governador teve como tônica principal uma verdadeira aula de entusiasmo e de fé neste Estado e na gente que aqui trabalha pelo seu desenvolvimento.

Abordou o Sr. Governador os efeitos econômicos e sociais, da última geada que se abateu sobre o solo paranaense, relatando as providências adotadas pelos Governos Estadual e Federal. Não demonstrou desânimo o Sr. Governador pelo fato de terem os levantamentos indicado que a safra de café de 76 está totalmente perdida e que a área plantada de trigo foi danificada em 60 por cento, com perda aproximada de um milhão de toneladas.

Retratou porém o Governador o seu entusiasmo na fibra do cafeicultor, sustentando como a mais importante providência, a defesa da cafeicultura.

Já na ocasião da geada o Sr. Governador percorreu o Estado, visitando as principais regiões, levando a sua palavra de certeza nas providências que seriam adotadas na área federal, reunindo cafeicultores, dialogando com os agricultores e procurando sempre transmitir sua palavra de entusiasmo pelo futuro de nosso Estado.

E nesse papel teve total apoio do Governo Federal, que aqui esteve presente através dos Ministros de Agricultura, do Trabalho e de Indústria e Comércio.

Voltou ontem o Governador do Estado a reafirmar que o Governo estará, em qualquer circunstância, ao lado de sua agricultura. Fez questão de lembrar em seu pronunciamento, que tem a segurança de que não estaremos sozinhos na importante tarefa de recuperação, mencionando que a primeira prova disso veio com a divulgação do novo esquema para a cafeicultura pelo Governo Federal, esquema esse que coloca de imediato à disposição dos cafeicultores a soma de 8 milhões de cruzeiros, destinados à recuperação, renovação e custeios de cafeeiros atingidos pela geada.

Usou S. Exa. uma expressão de grande validade, ao afirmar que as consequências da geada serviram para testar a unidade dos paranaenses.

Entendo, por tudo isto, que devemos — a classe política de forma geral — unir a nossa luta ao entusiasmo de nosso Governo, caminhando assim para o futuro promissor deste grande Estado.

Não façamos da geada e de suas consequências, um tema político, mas usemos os seus resultados para uma união verdadeira, de homens de fé, de fibra e de entusiasmo, em favor dos interesses de nossa Pátria, numa prova de que somos capazes de enfrentar os mais difíceis problemas.

Que o entusiasmo do Governo na caminhada da recupera-

ção atinja toda a gente paranaense, é o nosso desejo, trazendo como consequência os benefícios ao próprio Paraná".

Era este, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o registro que gostaria e que fiz, na manhã de hoje, nesta tribuna.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 49/75, que dá nova redação ao item "b" do número "1" do § 2º do artigo 3º da Resolução nº 37/75. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 49/75.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — A alínea "b" número "1" do parágrafo 2º, do art. 3º, da Resolução 37/75, passa a ter a seguinte redação:

"b) instruir os processos enviados pelo Diretor do Departamento de Pessoal, para apreciação e parecer do Gabinete de Assistência Técnica".

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1975.

aa) BASILIO ZANUSSO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 121/74, que autoriza o Poder Executivo asfaltar a estrada que liga o município de Palmeira a Ponta Grossa. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 121/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a asfaltar a estrada que liga o município de Palmeira a Ponta Grossa.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de agosto de 1975

aa) BASILIO ZANUSSO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 07/75, que integra em caráter prioritário no Plano Rodoviário Estadual, os serviços de retificação e pavimentação da estrada que liga as cidades de Palmeira a Ponta Grossa. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DE LEI Nº 07/75.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no Plano Rodoviário Estadual, para execução em caráter prioritário a retificação e pavimentação da estrada que liga a cidade de Palmeira a Ponta Grossa.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de agosto de 1975.

aa) BASILIO ZANUSSO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 39/75, que declara

de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e Infância da cidade de Medianeira. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 39/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA, com sede em Medianeira.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

aSala das Sessões, em 13 de agosto de 1975.

aa) BASILIO ZANUSSO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulín, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Jair Araújo. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando a inserção na Ordem do Dia, do Projeto de Lei nº 62/74. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de que seja instituído o ensino de Ecologia e Meio-Ambiente, nos currículos de 1º e 2º graus de todos os estabelecimentos escolares do Estado. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Cioni Netto, constante do expediente, solicitando voto de congratulações do Corpo de Bombeiros, guarnições de Curitiba e de Maringá, pela pronta atuação no combate aos focos de incêndios que recentemente ameaçaram transformar o município de Umuarama num verdadeiro inferno de chamas. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de que seja determinada providências para distribuição do material escolar especialmente às escolas do interior do Estado. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mauricio Fruet, constante do expediente, solicitando sejam enviados ofícios aos Srs. Governador do Estado, Secretário de Segurança Pública e Coordenador Geral do INCRA no Paraná, no sentido de que sejam adotadas providências no sentido de assegurar às famílias de posseiros a necessária tranquilidade, no local denominado "Fazenda Paulista", município de Terra Roxa, face a pressão sofrida pelos mesmos. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, lido da tribuna, solicitando voto de louvor aos Srs. Presidente do Conselho Nacional e Presidente do Diretório Nacional da CNEC, e ao Sr. Superintendente da mesma instituição, face às suas altas finalidades no campo da educação do povo brasileiro, atuando em todos os quadrantes do País. — Aprovado.

O SR. ANTONIO FACCI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica transferida a discussão para a próxima sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, lido da tribuna, solicitando voto de louvor ao Sr. Administrador da CNEC, pelos seus esforços para que a referida instituição se espalhe em todo nosso Estado. — Em discussão.

O SR. ANTONIO FACCI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica transferida a discussão para a próxima sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 18, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 52/75 e de Lei nº 189/74.
 2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 131/73.
 1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 79/74.

LEVANTA-SE A SESSÃO.

RESOLUÇÃO Nº 55/75.

DATA: 15 de agosto de 1975.

SÚMULA: Dá nova redação à alínea "b" número "1", do § 2º do artigo 3º da Resolução nº 37/75.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29, da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — A alínea "b" número 1, do parágrafo 2º, do art. 3º da Resolução 37/75, passa a ter a seguinte redação:

b("instruir os processos enviados pelo Diretor do Departamento de Pessoal, para apreciação e parecer do Gabinete de Assistência Técnica".

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15 de agosto de 1975.

a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente.

PORTARIA Nº 433/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7741/75, de 5 de agosto de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

revogar a Portaria nº 347/75, que designou MARIA JOSÉ CARNEIRO DOS SANTOS, para prestar serviços na Liderança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado FRANCISCO ESCORSIN.

Gabinete da Diretoria Geral, em 8 de agosto de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 434/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7609/75, de 4 de agosto de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 233/75, a HUGO GABARDO, ocupante do cargo de nível PL "22", de Oficial de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 8 de agosto de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 438/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo proto-

colado sob o nº 7830/75, de 7 de agosto de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 233/75, a ARLETE BELMONT ZEBALLOS, ocupante do cargo de nível PL "23", de Oficial de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 13 de agosto de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 439/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7563/75, de 1º de agosto de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar, SILVETE LACERDA GOMES BOEING, ora à disposição deste Poder Legislativo, na conformidade no disposto do Art. 176, inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento, de seus vencimentos, a partir de 1º de agosto de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 13 de agosto de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 440/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7912/75, de 11 de agosto de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar, JULIETA SLOMSKI TAMOS, ora à disposição deste Poder Legislativo, na conformidade do disposto no Art. 176, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a dezesseis, sessenta e sete por cento, de seus vencimentos, a partir de 20 de junho de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 13 de agosto de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 441/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7929, de 11 de agosto de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

- 1- Revogar a Portaria nº 338/75, de 07 de julho de 1975;
- 2- Designar ANTONIO ADEMIR MENDER, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços na Liderança do MDB, junto ao gabinete do Deputado Nilzo Sguarezzi, a partir de 21 de março de 1975; e
- 3- Autorizar o funcionário acima citado, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos, a partir de 21 de março de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 14 de agosto de 1975.—

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral